



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

"Se planejamento é papel, quando vamos pra prática? ?": Quilombolas de Linharinho (ES) e seus pontos de vista sobre os direitos ao território e as políticas públicas

Autoria: Renata Beatriz Rodrigues da Costa (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Esta comunicação analisa, a partir de etnografia de uma reunião entre quilombolas da Comunidade de Linharinho e a municipalidade, os modos pelos quais o poder público se relaciona na figura de seus agentes com essa população. O objetivo é apresentar os discursos articulados pelos quilombolas para resistir e propor ações dentro do espaço público. A Comunidade Quilombola de Linharinho está localizada no norte do Espírito Santo na região do Sapê do Norte, no município de Conceição da Barra. Seu processo de reconhecimento pelo estado brasileiro começa com o relatório de identificação elaborado no ano de 2005. Há quinze anos a comunidade enfrenta na justiça contestações de uma multinacional de celulose e lida com a morosidade de decisões que afetam a vida de aproximadamente 36 famílias. O intuito aqui é apresentar pontos de vista da comunidade sobre o poder público trazendo assim a leitura que realizam das políticas de estado. O que se observa durante a reunião é uma espécie de "jogo de cena" que inclui vereadores e funcionários do município que recorrem a expedientes pouco objetivos para solucionar as demandas apresentadas. Os quilombolas e assentados se posicionam e buscam, por meio do conhecimento das políticas que detém e do uso de metáforas comuns aos jongueiros da região, desestabilizar e inverter o jogo de poder colocando-se como agentes em disputa. Durante cada tentativa de desconsiderar o que pleiteiam interpelam a municipalidade e propõem alternativas. A metáfora que permeia nossa análise é a do barco, tão comum à várias manifestações culturais negras no Brasil como os jongos e caxambus. A partir dela, uma das quilombolas que organizou a reunião interpela a municipalidade para falar dos modos de vida no quilombo antes e depois da retomada de suas práticas agrícolas. Assim, busca pôr em xeque os questionamentos sobre a validade dos assuntos levantados por seu grupo. Ao reunir argumentos para apresentar a agricultura como conquista diante do fim do work nos fornos de carvão, análogo à escravidão, o grupo busca possibilidades para não retornar ao work nos fornos que é, como dizem em Linharinho: "maldição?". E contrapõe pela ação a ideia tão cara ao processo de construção do cidadão afro-brasileiro como sujeito débil apresentando-se como sujeito integrante dentro de um estado multiétnico e diverso.



Reunião Brasileira de Antropologia

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

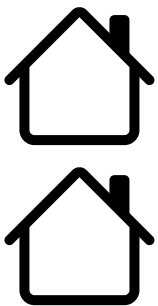
[Trabalho completo](#)



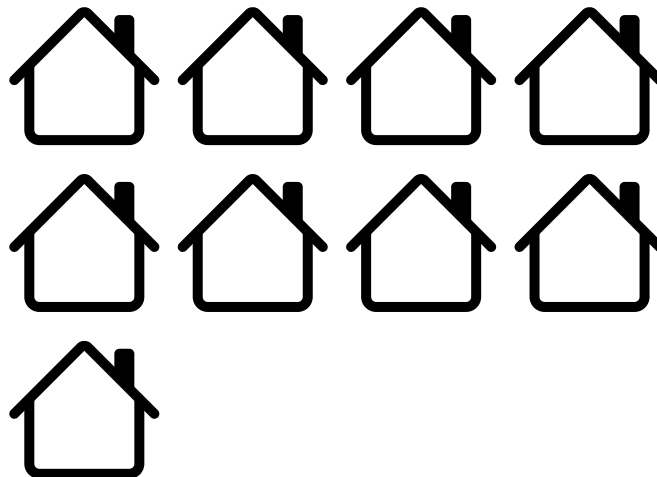
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: